

# Sob o arrimo do discurso político elitista em charges de resistência: a subjetividade subalternizada

*Under the support of elitist political discourse in resistance cartoons: subalternized subjectivity*

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida LIMA 

Universidade Estadual de Goiás  
Inhumas, Brasil  
ffpalima@uol.com.br

Claudirene Soares de MORAIS 

Universidade Estadual de Goiás  
Inhumas, Brasil  
claudirenemoraes@gmail.com

**Resumo:** Participar do debate político e construir posicionamentos fundamentados em acontecimentos discursivos é também uma prática de análise da história. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar, sob o postulado teórico da Análise do Discurso francesa, uma charge que, ao produzir efeitos de humor, traduz um exercício de resistência ao discurso político elitista do até então ministro Paulo Guedes, quando este criticou o fato de as empregadas domésticas estarem indo à Disney. Ademais, refletimos sobre os novos e multiletramentos, em sua relação com a perspectiva discursiva de análise da referida charge, veiculada na mídia digital, observando a relevância de seu estudo para as aulas de leitura e interpretação de textos. Neste sentido, essa investigação se configura em uma pesquisa empírica, cujo método interpretativo, ao identificar regularidades em enunciados pertencentes a uma formação discursiva político elitista, observa como estas são evidenciadas na contraconduta humorística do gênero charge. Se entre os efeitos que emergem desse discurso político está a subalternização do sujeito, a charge, por outro lado, ajusta-se como um gênero que comunga certas características com a luta anticolonialista, anticapitalista e “antissubalternizadora” da sociedade. Ela insurge, no campo midiático, como prática discursiva que forja respostas não apenas ao sujeito político que legitima seu discurso, mas também à posição enunciativa do sujeito leitor que o questiona.

**Palavras-chave:** discurso político; elite; charge; letramento.

**Abstract:** Participating in the political debate and building positions based on discursive events is also a practice of historical analysis. Thus, this paper aims to analyze, under the theoretical postulate of French Discourse Analysis, a cartoon that, by producing humorous effects, translates an exercise of resistance to the elitist political discourse of the then Minister of Economy, Paulo Guedes, when he criticizes the fact that maids are going to Disney. Furthermore, we reflect on new and multiliteracies, in their relationship with the discursive perspective of analysis of the aforementioned cartoon, published in digital media, observing the relevance of its study for reading and text interpretation classes. In this sense, this investigation is configured in empirical research, whose interpretative method, by identifying regularities in statements belonging to an elitist political discursive formation, observes how these are evidenced in the humorous counter-conduct of the charge genre. If among the effects that emerge from this political discourse is the subalternization of subjects, the charge, on the other hand, fits as a genre that shares certain characteristics with the anti-capitalist, anti-colonialist, and "anti-subalternizing" struggle of society. It emerges, in the media field, as a discursive practice that forges responses not only to the political subject that legitimates its discourse, but also to the enunciative position of the reader subject that questions it.

**Keywords:** political discourse; elite; cartoon; literacy.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de analisar, com base no discurso político elitista do ex-ministro da economia, Paulo Guedes, uma charge que mobiliza sentidos de resistência ao fato de ele sustentar seus posicionamentos excludentes sobre pessoas menos favorecidas, quando estas passaram a usufruir de benesses antes acessadas somente pela elite.

O discurso político enseja o desejo de pertencimento da elite como legítimo, pois o fato de outras camadas sociais passarem a gozar dos mesmos privilégios ameaça diretamente a sociedade elitista. O discurso proferido pelo ministro da economia não se revela como equívoco ao exprimir que "dólar a R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) era uma festa danada, empregada doméstica indo para a Disney". As escolhas do uso das palavras exemplificadas no ato da comunicação não sinalizam como uma fala inocente, ao contrário, ela evidencia o desespero de um grupo minoritário que, por meio da comunicação política, legitima e reafirma seu lugar de ocupação social, antes ameaçado pela massa popular e majoritária. Essa comunicação como ato político visa por um lado justificar

economicamente a inviabilidade da moeda estrangeira com valor real mais baixo. No entanto, ela destapa a nudez ideológica desse grupo privilegiado que se sente ameaçado e, com isso, promove uma cultura excludente, anunciando o lugar daqueles que “garante[m] a engrenagem diária do capitalismo” (Vergès, 2020, p. 6).

Essa fala descortina as formas persuasivas da enunciação política dessa minoria, quando tenta explicar que essa fala foi trazida para tal contexto para aclarar que, com o câmbio mais baixo, “todos” estavam fazendo viagens internacionais, e que de modo algum foi para menosprezar ou excluir as empregadas domésticas. Na tentativa de argumentar essa comunicação persuasiva, em que justifica àquele grupo elitizado as altas na taxa cambial, traz para esse contexto de forma excludente a classe trabalhadora. Ainda que muitas vezes não tenham feito tal viagem, elas são colocadas, no contexto do discurso político, como um grupo de trabalhadoras que se deve excluir do devido lazer.

As escolhas enunciativas foram deslocadas a esse grupo de trabalhadoras em um contexto direcionado a outro grupo pertencente à engrenagem do capitalismo. São discursos que se embatem. Afinal, políticas públicas foram implementadas no governo anterior, de esquerda, promovendo melhores condições a grupos de trabalhadores. Isso gera resistência àqueles que gozam de privilégios usufruídos pela elite. Desse modo, está imbricada nesse discurso político uma ameaça iminente ao que, ao longo dos anos, foi privilégio de poucos.

Destarte, o discurso enuncia a subalternização dos sujeitos – que são aqueles e/ou aquelas que mantêm a roda do capitalismo girando, para que certos grupos desfrutem de privilégios. O direito a essas benesses, historicamente, foi adquirido pelos aristocratas e seus pares. Por outro lado, é um direito assegurado sobre bases subalternas, não privilegiadas que alimentam um lugar diferenciado de existência social, sem privilégios, sem direitos, sem regalias, a serviço da ascensão social de outros grupos.

Buscamos, com isso, analisar uma charge que faz remissão à fala do ministro da economia, tentando instigar, por meio desta análise, o olhar que interpreta posicionamentos de discursos nas mídias sociais e que, envergados de elitismo, oprimem os sujeitos e fomentam a estratificação social. Para tanto, outros objetivos são necessários, como: estudar a teoria do

postulado discursivo em sua relação com os novos e multiletramentos, entender os sentidos do gênero charge, propor, na medida em que analisamos os dados, reflexões que possam estar na sala de aula, que atravessem o discurso político e possam despertar no sujeito escolar posicionamentos de resistência à subalternização dos sujeitos em sociedade.

Entre 14 (quatorze) charges coletadas, escolhemos apenas uma para ser analisada neste trabalho devido a suas limitações estruturais. Observamos, inicialmente, de modo mais geral, por meio das charges a que tivemos acesso, que elas mobilizam resistência ao discurso político elitista, na medida em que produzem efeitos de humor e militam contra a subalternização do sujeito. Identificamos, com isso, suas regularidades enunciativas, segundo as condições de produção específicas que lhes dão existência. Para além, refletimos sobre o trabalho com charges em aulas de leitura e interpretação, observando como estas possibilitam reflexão sobre as relações de poder que reverberam nas práticas discursivas e instauram segregação entre os grupos sociais.

## **2 O DISCURSO POLÍTICO E A ELITE QUE O FUNDAMENTA**

Para conceituar o que é discurso, abstraímos qualquer efeito de sentido advindo do senso comum ou qualquer efeito de significado já impregnado socialmente. Assim, este estudo se fundamenta nas definições epistemológicas da “Análise do Discurso” sobre o que é DISCURSO.

Como aponta Fernandes (2008, p. 12), “discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala”, mas os elementos de sua materialidade entrelaçada por efeitos extralinguísticos de significação marcados em um tempo, lugar, espaço em que o sujeito discursivo se afirma. Para tanto, a pronúncia, articulada pelo sujeito discursivo, assume forma de significado que evidencia as bases nas quais o sujeito enunciativo invoca sua relação ideológica manifestando o “não dito” no contexto social de produção discursiva.

O discurso de Paulo Guedes foi produzido nas seguintes condições: ele falava no Seminário de Abertura do Legislativo, proferido no dia 12 de

fevereiro de 2020, quando declarou o seguinte enunciado: “Antes, o câmbio estava tão barato que todo mundo estava indo para a Disney, empregada doméstica indo para a Disneylândia. Uma festa danada”. Esse seminário foi viabilizado pelo *Grupo Voto*, em Brasília, patrocinado por grandes empresas, como *Carrefour Brasil*, *Verde Ghaia*, *EMS Farmacêutica*, *Solvi Ambiental* e *RV Ímola*. A declaração do ministro da economia naquela ocasião dialoga com seus posicionamentos no campo político, tendo em vista que seus interlocutores eram alguns dos mais importantes executivos brasileiros e os principais líderes do governo. Courtine (2006, p. 93) assinala que a materialidade discursiva situa o enunciador posicionando-o historicamente em seu lugar enunciativo. Temos, com isso, um discurso de estratificação social que segrega grupos sociais menos favorecidos que, em outro cenário político, passaram a gozar de alguns privilégios, antes acessados somente por uma minoria elitizada.

Na ocasião, o ministro da economia desconhecia que tal evento estava *online* nos canais midiáticos de comunicação. Desse modo, perguntou se o evento, direcionado a empresários e a parlamentares, estava sendo transmitido virtualmente, e concluiu seu ato anunciativo como um porta-voz de uma minoria. Para Courtine (2006, p. 93), “o modo como o citado grupo é designado em um enunciado político permite identificar por quem a demanda pública é feita”. Dito isto, o enunciado do ministro da economia desvela em seu discurso a teia tracejada pela ação coletiva que se justapõe socialmente aos seus anseios puramente elitistas, resvalando as ideologias dessa esfera social.

O ato de discutir as demandas econômicas, as variações cambiais e suas taxações e trazer para esse contexto as “ascensões” das empregadas domésticas, como um problema posto, dialoga com os sentidos da nobiliarquia, ou seja, aos nobres o que é da nobreza, empregada doméstica na Disney é um acinte à “nobreza”.

Trata-se de uma fala coletiva com seus pesos e efeitos, o que é comum à ordem do discurso político. O discurso político manifesto, em um ato midiático, articula o sujeito a um posicionamento, a uma tomada de decisão, nesse processo articulam-se suas escolhas enunciativas que, inevitavelmente, se submetem ao crivo social. Com isso o sujeito agrega ao seu discurso seu lugar na estrutura social. Analisar o discurso é embrenhar-

se no enunciado com esse olhar. Segundo Foucault (2008, p. 36), “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado”. É ainda mostrar que outras formas de enunciação o enunciado proferido exclui.

Aqui refletimos como o discurso político intercala um diálogo com o discurso elitista, e com este, pertencente a uma minoria privilegiada, exclui outros discursos. De acordo com Noberto Bobbio (2007), o:

Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência (Bobbio, 2007, p.15-16).

Para o autor, essas são relações desiguais entre uma minoria que detém o poder e uma maioria de pessoas que se privam desse poder.

Em outra ocasião, no Conselho de Saúde Complementar, realizado no dia 27 de abril de 2021, Paulo Guedes afirmou, de modo anedótico, que “o filho do porteiro do prédio” tirou zero em todas as provas e conseguiu financiamento<sup>1</sup>. Entre os efeitos que emergem desse discurso está a subalternização do sujeito.

Após a mídia dar grande visibilidade às falas do ministro, as charges insurgem como respostas a esses sentidos, em réplicas que dão alento aos sujeitos subalternizados. Com isso, configura-se como um gênero que também é forjado na luta anticapitalista, anticolonialista e “antissubalternizadora”.

Uma fala dada como despretensiosa escancara o desrespeito pelo outro, quando tenta sutilar o enunciado público e midiático. Isso é parte de uma engrenagem social que possibilita uma ordem ao discurso elitista. Ciro Gomes, em uma palestra direcionada a empresários, em 31 de agosto

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/30/paulo-guedes-critica-o-fies-e-diz-que-filho-de-porteiro-tirou-zero-na-prova-e-conseguiu-financiamento.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2022.

de 2022<sup>2</sup>, em resposta a um elogio feito por um dos ouvintes, disse a seguinte frase: “Na verdade, é um comício, né? Um comício para gente preparada. Você imagina eu explicar isso na favela, isso é um serviço pesado”. Ou seja, temos aí uma ordem de enunciados que convoca, inelutavelmente, uma formação discursiva, um conjunto de discursos que vão se relacionando a posicionamentos de grupos privilegiados economicamente em contraposição a grupos desprivilegiados.

Para Noronha (2009, p. 37), o termo elite é utilizado em pesquisas para classificar setores que detêm o poder político ou econômico. Além disso, “o conceito nomeia estratos sociais vinculados à burocracia, ao conhecimento, à religião, sem mencionar os grupos estrategicamente organizados em sociedades secretas, como a maçonaria”. Assim, o discurso elitista reveste-se dessa noção para instaurar sua ordem de sentidos, seu lugar de fala e de grupo social.

Com essas considerações, mostramos um cenário de discursos situados que dão margem a outros discursos em resposta. As charges das mídias digitais entram em cena como uma atitude responsiva a esses enunciados proferidos por políticos brasileiros. Com isso, temos um gênero a se analisar para entendermos como esses discursos políticos ressoam sobre os suportes midiáticos de interação, dentre estes encontram-se as redes sociais.

### **3 O DISCURSO E OS NOVOS LETRAMENTOS: A POLÍTICA NA SALA DE AULA**

A presente pesquisa analisa uma charge que, ao ser mobilizada nas mídias digitais, constitui resposta aos discursos que ressaltam posicionamentos elitistas e opressores sobre certas classes sociais. Esses discursos são produzidos por posicionamentos governistas de direita e/ou de esquerda, cujos efeitos de sentidos denunciam a exclusão social. Pensando nessa questão, aliamos ao nosso estudo o conceito de multiletramentos, para entendermos como esse tema pode ser trabalhado

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/imagina-eu-explicar-isso-na-favela-diz-ciro-gomes-em-evento-com-empresarios/>. Acesso em: 02 set. 2022.

em sala de aula, especialmente nos estudos de leitura, interpretação e produção textuais.

Multiletrar é instaurar um diálogo entre as práticas de leitura e produção textual com os novos gêneros que surgem na esfera multimidiática digital. Mas é preciso pensarmos antes sobre o que está na base ou o que antecede os multiletramentos. Neste sentido, a noção de letramento é fundamental para entendermos esse processo.

Para Soares (2021, p. 27), letramento é a “capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever pra atingir diferentes objetivos”. Nesses termos, a aquisição do conhecimento e a interação com seus pares possibilitam ao sujeito escolar não apenas acessar a prática da leitura e da escrita, mas inserem-no no campo das práticas sociais.

Com o advento gigantesco da era digital, as tecnologias passaram a povoar o cotidiano de nossos alunos com mais frequência. Com o acesso ao hipertexto, o sujeito escolar passou a outros planos de interação, agora mediados por telas e aparelhos eletrônicos. As habilidades de leitura e produção textual vão mudando a partir dessas demandas e os letramentos passam a ser novos letramentos ou multiletramentos, na tentativa de se atender às novas convenções tecnológicas que atravessam esse campo do saber.

Os multiletramentos, apontados por Rojo e Moura (2012, p. 22), são dimensionados para uma conceituação de uma sociedade urbana contemporânea e para a multiplicidade presente nesta sociedade. Deste modo, essa multiplicidade afirma-se culturalmente e, assim, assume a necessidade de se manifestar por meio das multiplicidades textuais tomando forma em seu meio, para comunicar e informar os leitores situados nas mídias digitais. Segundo Rojo e Moura (2012, p. 19), “é o que tem sido chamado de multimodalidade ou multisssemiose dos textos contemporâneos, que exigem multiletramentos”. Deste modo, a sociedade precisa interagir nesse mundo midiático para produzir e compreender os sentidos que emergem a cada dia. Tudo isso requer habilidades específicas para decodificar os vários significados que aparecem nos textos em circulação no meio midiático.



Essas habilidades são requeridas do sujeito para uma compreensão dos textos multimodais em circulação, do mesmo modo, elas são requeridas para a produção, interação e significação dos textos que passam a ser disseminados no espaço digital midiático. Obviamente, essa disseminação é rápida e, de certo modo, superficial. Com isto, multiletrar exige da parte do educador um envolvimento de imersão no ciberespaço que conduza o olhar sobre sentidos que emergem em profusão. Entre as possibilidades de texto nesse espaço enunciativo, temos as charges digitais que aparecem como resposta a acontecimentos discursivos de diferentes naturezas.

Assim, multiletrar é conduzir o sujeito escolar a ser capaz de ler e significar os enunciados amplamente difundidos nos espaços multimidiáticos que os tornam parte de um processo de dupla face, ou seja, que os tornam leitores e, ao mesmo tempo, produtores, criadores de sentidos. Esse processo tem toda uma complexidade, pois ler, interpretar, analisar os sentidos que permeiam os espaços midiáticos e a circulação dos enunciados exige posicionamentos politizados. Dessa maneira, as experiências no campo do saber multimidiático requerem do sujeito escolar o saber-fazer, como um analista crítico capaz de modificar os discursos enunciados nos textos de circulação digital.

O sujeito multiletrando é, assim, um consumidor dos conteúdos divulgados nas mídias digitais. E, ao interagir com esses conteúdos, constitui-se em um leitor multifacetado, um analista crítico, um criador de sentidos e, possivelmente, um leitor inovador capaz de entender a realidade que o cerca por meio dos vários significados atribuídos e valorizados por uma pedagogia dos multiletramentos (Rojo, 2012, p. 28-29). Isso exige certo protagonismo por parte do sujeito leitor, um aprendizado e uma vivência que mobilizam sua existência social no contexto das plataformas digitais. Em outras palavras, não basta o domínio sobre os dígitos e sua reprodução, mas exigem-se posicionamentos crítico e ético.

O educador, no meio digital, por sua vez, pode estabelecer uma dinâmica reflexiva dos textos e discursos propagados nas mídias, promovendo uma discussão acerca dos variados textos que surgem em resposta aos discursos políticos elitistas e excludentes no meio digital. Esses textos assumem formas variadas, em suas características multimodais. Na esteira dessa proliferação de textos advinda do discurso do ministro, os

chargistas buscam ironizar, com efeitos de humor, o discurso político elitista. Por meio de sua arte, dialogam com os vários sentidos dos textos midiáticos, eternizando, deste modo, o ato enunciativo, seja de direita ou de esquerda, como resistência às várias justificativas que as famigeradas vozes enunciam. Vale ressaltar as múltiplas faces que o discurso político revela na tentativa de encobrir os rastros ideológicos de seus enunciados. No entanto, o gênero charge, com humor, tem a missão de desvelar o discurso político para quem o enunciado é de fato direcionado.

Uma vez que neste trabalho analisamos a charge, como um gênero discursivo que dialoga inteiramente com as questões políticas da atualidade, faz-se relevante sua definição. Ao discorrer sobre o gênero charge, Teixeira (2005, p. 11) o define como sendo “um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social”. Sob essa ótica, o desenho mobilizado na charge remete às problemáticas sócio-políticas, sob um viés de opinião, como sendo a característica do texto jornalístico em que o locutor enuncia e denuncia de algum modo os eventos enunciativos públicos e/ou políticos que serão noticiados.

Como afirmam as autoras, “tomar posições é algo inerente à materialidade enunciativa do gênero charge, especialmente quando este constitui um objeto de reflexão e crítica social” (Lima e Amador, 2021, p. 79). Com isso, a materialidade jornalística da charge, em relação à fala do ministro, toma forma e milita, resistindo ao enunciado político que subalterniza o sujeito. O gênero em questão tem o objetivo de despertar o senso crítico no seu leitor, para que este consiga desvendar seus significados imbricados e materializados na multissemiose da charge.

O principal objetivo da charge é lançar para o leitor um olhar mais atento aos discursos, antes tidos como um enunciado despretensioso sobre fatos sociais, temas da atualidade carregados de ironia e humor. A charge ganha forma sobre a sua condição textual que é a jornalística, por isso, ela se constitui a partir da notícia, seu foco é retratar um fato político sobre questões sociais, remissivo a um acontecimento da atualidade.

Com sua característica multissemiótica, a charge contextualiza, geralmente, o discurso político, criando uma realidade do enunciado. As charges são ferramentas de que os jornais se apoderam para promoverem seus ideais. Desta maneira, são amplamente utilizadas no meio jornalístico,

para ironizar um enunciado político com efeitos de humor, muitas vezes, acompanhado de recursos estilísticos, como figuras de linguagem etc.

De acordo com Lima e Amador (2021, p. 82), a charge é um “gênero humorístico que retrata algum acontecimento político e social por meio de traços definidos em linguagem verbal e/ou não-verbal”. Aqui, neste trabalho, a charge analisada dimensiona o discurso de Paulo Guedes, quando este alude à economia brasileira e às interdições que esse cenário deve impor a grupos sociais menos favorecidos. O discurso do ministro teve uma repercussão muito negativa na grande mídia digital, favorecendo a produção de enunciados responsivos aos seus preceitos elitistas.

Para Rojo e Moura (2012, p. 8),

[...] trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias da comunicação e de informação ('novos letramentos'), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência – de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos.

Com isso, os autores reconhecem que trabalhar com multiletramentos significa realizar ações em conjunto, como relacionar as culturas de referência dos alunos e os gêneros e as linguagens que povoam seu cotidiano.

As charges carregam uma das características que despertam interesse entre os adolescentes: o gosto pelo cômico. Trabalhar com esse gênero no ensino fundamental e médio pode despertar curiosidade e, também, senso crítico em nossos jovens para conhecer e avaliar acontecimentos sociais e políticos à sua volta. Visando a um maior protagonismo na vida escolar e participação nas questões políticas, mobilizar esses jovens em sala de aula, fazendo-os compreender o significado dos discursos políticos que ecoam na sociedade e nos espaços midiáticos, é torná-los mais ativos socialmente, especialmente em sua comunidade.

Os espaços multimidiáticos são amplamente divulgados na esfera social, estão por toda a parte. Com isso, são difusores dos discursos políticos

que ressoam por aí, entre os partidos e os lugares ideológicos de onde emergem. Se os sujeitos escolares estão preparados para sua recepção e compreensão, podem se posicionar, debater sua temática e agir com militância e protagonismo.

Com o propósito de atender às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em nossa práxis escolar e considerando sua relevância, o nosso fazer didático-pedagógico se estrutura por meio dessas diretrizes. Tal documento visa a direcionar o ensino em todo o país, a fim de sustentar certa isonomia nas diretrizes curriculares que regem os conteúdos escolares.

No que remete ao ensino de Língua Portuguesa, especialmente de leitura e produção textual, com o gênero charge, e o seu processo de curadoria nos canais midiáticos, contemplamos as competências de número 7 e 10 e, concomitantemente, as habilidades: EF69LP03, EF69LP05 da BNCC (Brasil, 2018), previstas para serem desenvolvidas em sala de aula. Ao promoverem o ensino pautado na teoria dos multiletramentos, sem muito esforço, os professores atenderão às diretrizes da BNCC, cujas competências e habilidades podem entremear-se de modo produtivo, considerando suas realidades, em seus planejamentos de aulas.

#### **4 DAS PRÁTICAS ELITISTAS À CHARGE DE RESISTÊNCIA**

As charges surgem, no meio jornalístico, como um movimento anticapitalista, anticolonialista e antissubalternizador para confrontar o discurso político elitista. Os chargistas contextualizam os discursos que emergem no campo político e social, como ato de militância e resistência, como tem sido dito neste trabalho. Têm como objetivo despertar na sociedade objeções aos vários discursos de exclusão social manifestos nos enunciados no campo político e social.

As estratégias de ensino previstas pela normativa da BNCC (Brasil, 2018, p. 87) objetivam “contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia”. Com isso, promover as aulas mediadas pelas hipermídias estabelece um elo entre

a práxis e a vida cotidiana do alunado, pois eles estão bem ambientados aos meios digitais.

Segundo a normativa do ensino educacional (Brasil, 2018, p. 65), está previsto nas competências de ensino de Língua Portuguesa “compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais”. A cultura digital permite ao aluno interagir com diferentes tipos de textos e linguagens, mediados pela mídia digital, e ter acesso aos diferentes tipos de letramentos que são mobilizados no ciberespaço.

Vários são os gêneros possíveis de serem trabalhados e estudados nas atividades de leitura e produção textual e a charge está entre eles. A charge, especialmente a charge digital, é um texto bastante utilizado no meio hipermidiático de interação e comunicação, o que facilita o seu acesso. Uma vez que as mídias digitais têm o encargo de divulgar informações sociais, políticas, de toda a natureza, as charges entram em cena no campo jornalístico, movimentando o humor de forma interpretativa. O humor, com seu poder ilustrativo, entra em cena para satirizar e/ou ironizar um acontecimento de cunho político na atualidade, levando ao conhecimento público o fato ocorrido ou enunciativamente produzido.

Dentre as tantas missões que temos que realizar em sala de aula, a BNCC ressalta, em específico, o que cabe ao estudo da Língua Portuguesa.

[...] Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens [...]. (Brasil, 2018, p. 67).

Desse modo, pensamos o ensino embasado na normativa das redes de ensino público e privado, considerando a obrigatoriedade em se atender às diretrizes apresentadas neste documento sobre os currículos escolares e as propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e médio no Brasil. Atender às competências e as habilidades previstas na BNCC é mediar um ensino produtivo sobre a interação social.

Para a construção desta investigação, pesquisamos nos mais diferentes sites da internet charges que fizessem remissão ao discurso do ministro Paulo Guedes. Dentre as que encontramos, chamaram-nos à

atenção 14 (quatorze) charges veiculadas na mídia eletrônica. No entanto, devido às limitações deste artigo, analisamos apenas uma charge representativa da discussão temática que ora abordamos. Com isso, guiada por uma metodologia qualitativa, empírica e interpretativa, esta pesquisa analisa a devida charge e indaga sobre como seu discurso se constitui e se legitima no discurso do outro, neste caso, no discurso de Paulo Guedes. Ou seja, a análise terá como fundamento também as condições em que este gênero foi produzido e o discurso que lhe dá existência.

Assim, na singularidade de sua aparição, tentamos compreender o enunciado e determinar as condições de sua existência, tentando fixar seus limites da forma mais justa, estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, e mostrar que outras formas de enunciação excluem (Foucault, 2008, p. 35-36). A charge cumpre o seu papel, seu direito de resposta à inquisição do discurso político elitista. Vejamos, então, a seguinte charge a ser analisada.

Figura 1 – Charge Peraí!



Fonte: Jornal *O Dia*<sup>3</sup>.

Na charge acima, vemos alguns elementos organizados na construção de um efeito de sentido sobre o discurso do ministro. O personagem icônico da Disney, Mickey Mouse, marca-se no texto com sua fala *Peraí!* – um sinal de “pare”, de proibição – que interdita a entrada de uma personagem, vestida com avental e lenço na cabeça, remetendo, segundo o

<sup>3</sup> Disponível em: <https://portalodia.com/blogs/jotaa/confira-a-charge-de-jota-a-publicada-na-edicao-desta-sexta-do-jornal-o-dia-374343.html>. Acesso em: 09 mar. 2023.

imaginário coletivo, à figura de uma empregada doméstica, parada diante de uma cancela coberta de dólares.

Mickey, com seus óculos de grau, caricaturiza o ex-ministro Paulo Guedes. Ele interdita a Disney e não permite a entrada da empregada em seu espaço, demarcando o seletor parque como o espaço do ministro e não da empregada. Se isso acontece por meio de uma figurativização da charge, é possível depreendermos que a figura do Mickey desautoriza a pretensão seriedade e autoridade do discurso do ministro da economia. Mas, isso não é dado tão claramente, é preciso trazermos na memória o que pode ser recuperado do discurso de Paulo Guedes para o texto chargístico. Segundo Achard (1999, p. 24), “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância”. Desse modo, a imagem e seus traços compartilham seu sentido com o acontecimento discursivo da fala do ministro resgatando-lhe um significado.

Em outras palavras, a charge 1 surge como um produto de impressão e de resposta sobre o discurso político elitista, dando-lhe outra dimensão, e refletindo os seus efeitos sobre o direito humano de ir e vir, sobre o campo jornalístico-midiático que entra em defesa desse direito e sobre o campo de atuação na vida pública. Afinal, a charge, por meio de sua arte, resgata a informação do discurso político na construção do seu enunciado.

Como afirma Achard (1999, p. 25), “a imagem”, nesse caso, entra em cena para complementar o discurso de exclusão das domésticas, no enunciado político do ministro Guedes, para tornar viva, no imaginário social, uma fala preconceituosa. Desse modo, a charge permite “ressurgir do silêncio as vidas das mulheres ‘anônimas’” (Vergès, 2020, p. 37). Então, é um gênero que luta, neste sentido, contra questões ideológicas que estão a serviço do neoliberalismo que, entre um discurso e outro, pode promover misoginia, homofobia, racismo e outros sentidos de opressão.

Ao analisarmos a charge 1, entendemos sua complexidade, pois há somente a palavra *Peraí*, direcionada a uma empregada doméstica pelo personagem Mickey. Não é uma tarefa simples, mas de descobertas de palavras que não estão grafadas, mas que no silêncio e no murmúrio dão vida ao enunciado, em uma relação que envolve saber e poder. Segundo Foucault (2008, p. 31), nesse processo, é preciso descobrir a palavra

murmurante e inesgotável: “que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. [...] Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito?”. Ou seja, as condições contextuais de produção, de uso, de circulação, constituem elementos indispensáveis ao entendimento do sentido e de modo algum podem ser ignorados pelo leitor.

Com isso, a charge 1 remete o discurso político a determinantes que configuram o espaço público para os sujeitos. Segundo Piovezani (2009, p. 32), “o orador diz ou sugere que fala tão somente em nome e pelo bem da coletividade, pela importância de sua opinião, pela impossibilidade de que outro o substitua”. Paulo Guedes, na tentativa de amenizar os efeitos de sua fala, diz que tem familiares empregadas domésticas. Isso não desabona o peso de suas palavras, pois o ministro ignora, em sua fala, uma luta anticolonial e histórica por direitos por parte das empregadas domésticas. Ele tenta regular a liberdade e o movimento dos sujeitos. O discurso do ministro Guedes, ao se colocar como uma espécie de fronteira, de proibição, faz emergir outros sentidos, sobre sua posição social e política, que se produzem nos diferentes enunciados e gêneros multimidiáticos que lhe dão uma resposta.

Assim, a mídia exerce uma função, entre tantas, por meio da charge, de situar o sujeito espectador, leitor do enunciado político elitista, acessível e propagado nas redes sociais, despertando-lhe uma reflexão sobre os sujeitos em sociedade e suas interdições. Em sala de aula, o leitor, ao observar o enunciado da charge, pode buscar sua significação, pois ele protagoniza uma leitura e uma interpretação, mas esta cena deve ser contextualizada em discussão que retome outros textos e que fomente a devida significação. A charge permite ao sujeito escolar autonomia na interpretação, mas isso não é algo que se faz de modo solitário e descontextualizado. O uso das charges em sala de aula possibilita uma leitura atenta e reflexiva, pois seus enunciados multissemióticos convocam o sujeito a indagar sobre o que está sendo mobilizado, sobre o que está implícito para que seja significado.

Lima e Amador (2021, p. 79) entendem a charge “como um gênero que dá forma a um discurso, inserido nas práticas sociais das quais ecoam



seus enunciados ideologicamente marcados”. Destarte, na charge, as palavras, imagens, seu enunciado, enfim, podem mudar de sentido segundo os posicionamentos de seus enunciadore. Nesse jogo polifônico, Paulo Guedes é a voz do seu grupo e fala por sua elite; a empregada doméstica, que recebe o estigma do silenciamento, fala por seu grupo não elitizado, e o chargista enuncia por seu grupo midiático, contrapondo-se ao discurso político elitista e excludente. É ele quem lança luz sobre o enunciado e que revela o atravessamento ideológico que permeia a charge, fazendo-nos entender, assim como Bakhtin (2003, p. 268), que os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, “são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Sociedade e linguagem aqui não se afastam, pelo contrário, imbricam-se num jogo mútuo de sentidos.

Em sala de aula, a leitura e a interpretação dos enunciadore da charge seriam muito produtivas para o leitor poder levantar hipóteses sobre a posição social destes, a posição social do político, o tipo de linguagem e discurso que ele mobiliza em sua fala, se é burguês ou não, sua posição no espaço político, o que há em seu discurso de direita ou de esquerda, que papel institucional exerce na conjuntura política em que se situa. Seu elitismo constitui alguma regularidade em sua fala pública? O que se reflete em seu discurso sobre sua origem, sua posição social, trajetória política, há uma relativa homogeneidade quanto a isso?

As alegações evidenciam o abismo existente entre uma minoria elitizada e uma maioria que madruga todos os dias para limpar casas, cuidar dos filhos dos seus patrões e sanar a sua fome. O discurso do ministro Paulo Guedes provocou na comunidade jornalística o ato responsivo pelos canais midiáticos, gerando indignação na classe das trabalhadoras domésticas sobre esse discurso desrespeitoso, que as coloca em condição subalternizada e excluída de viagens internacionais. Essa classe lutou incansavelmente para conquistar seu espaço no mercado de trabalho e para ser reconhecida como trabalhadora doméstica, com direitos trabalhistas adquiridos.

Sobre a relevância de suas atribuições sociais e econômicas, sua força de trabalho é a base que sustenta o giro econômico do mundo capitalista. Entretanto, assim como afirma Vergès (2020, p. 17), “esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer

invisível”. O discurso persuasivo, marcado pela autoridade de um economista, porta-voz da elite, tenta perpetuar a invisibilidade e o silêncio das domésticas na sociedade. Isso corrobora com o fato de o capitalismo não apenas produzir inevitavelmente trabalhos invisíveis, mas de produzir vidas descartáveis (Vergès, 2020, p. 17).

A luta por uma legislação por direitos trabalhistas atravessou décadas. A lei que consolida a legislação trabalhista no Brasil data de 1942, porém ela ignora a trabalhadora doméstica, com as alegações de que essa não era uma classe profissional. Mais tarde, somente em 1972, essa categoria passa a ser reconhecida. Nesse período de trinta anos, muitas foram as submissões à escravização do trabalho doméstico e aos riscos impostos por ele. Para Vergès (2020, p. 17):

[...] a indústria da limpeza é uma indústria perigosa para a saúde, em todos os lugares e para aquelas e aqueles que nela trabalham. Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos.

Evidentemente essa é uma luta travada não apenas com o sistema capitalista, mas com todo um regime colonialista e opressor. Conforme afirma a autora:

[...] lutar contra o femi-imperialismo é fazer ressurgir do silêncio as vidas das mulheres “anônimas”, recusar o processo de pacificação e analisar por que e como os direitos das mulheres se tornaram uma arma ideológica a serviço do neoliberalismo (que pode perfeitamente, em outros lugares, promover um regime misógino, homofóbico e racista) (Vergès, 2020, p. 35).

Nesse sentido, levar para a sala de aula temas que problematizam o lugar do sujeito em virtude dos discursos que os classificam, que os categorizam, é despertar clareza no sujeito escolar, especialmente, a respeito daqueles que foram historicamente silenciados e negligenciados pela sociedade. A charge, como gênero discursivo, possibilita ao leitor, em especial nas aulas de Língua Portuguesa, uma integração entre linguagem e ação. A charge surge como materialidade do discurso político que emergiu socialmente, como símbolo de luta e resistência contra o colonialismo. A trabalhadora doméstica era a mucama, a ama dos filhos das senhoras da

elite, elas não tinham vida própria, dedicavam-se em tempo integral aos cuidados da casa e da família da alta casta.

Para reduzir essas disparidades, a Lei Complementar (LC) nº 150, de 2015, trata de equiparar a igualdade de direitos dos trabalhadores domésticos com os demais trabalhadores. Isso é resultado de 40 anos de luta formal da categoria. De empregadas domésticas a trabalhadoras eventuais, o trabalho doméstico no Brasil está intrinsecamente ligado a questões raciais.

Do ponto de vista material, as leis ainda não são suficientemente eficazes. O rendimento médio do trabalho doméstico ainda está abaixo do salário-mínimo e os índices de informalidade são maiores do que nas demais atividades. O desafio para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e para o Brasil, portanto, é focar na criação de mecanismos para melhorar as condições socioeconômicas dos grupos mais vulneráveis ao trabalho doméstico, ainda informal e precário, tentar proteger a dignidade dos trabalhadores domésticos em seus direitos e deveres.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, realizamos uma análise de uma charge que remeteu ao discurso do ex-Ministro da Economia Paulo Guedes quando criticou o fato de as empregadas domésticas estarem indo à Disney devido à baixa do dólar. Compreendemos que esse discurso político elitista é conduzido por condições históricas de produção, ou seja, emana de um colonialismo que impôs diásporas raciais no Brasil em todos os aspectos da divisão do trabalho.

No Brasil, apenas para ilustrar um exemplo, sua história não poupou as mulheres negras, elas passaram de serviçais escravizadas a trabalhadoras domésticas mal remuneradas. Isso fez com que as mulheres brancas tivessem acesso a profissões mais “qualificadas” e reconhecidas. O discurso político não está imune a essas diferenças, trazendo-as de volta, na fala de um ministro ou de um candidato a presidente do país.

O trabalho doméstico ainda hoje é caracterizado por altos níveis de informalidade, salários mais baixos, níveis mais baixos de proteção e relações

abusivas e estratificadas com os empregadores. Crucialmente, esse legado direto da escravidão fez com que o trabalho doméstico não fosse reconhecido como um trabalho adequado, mas como uma “ajuda” fornecida às famílias e ao lugar “natural” das mulheres negras, herdeiras de alforrias, de uma história de escravização.

Como resultado, as trabalhadoras domésticas, no feminino, pois, à época, não havia homens nessa área, foram legalmente excluídas da estrutura de direitos trabalhistas estabelecida na década de 1930. Esse período corresponde à consolidação do Estado corporativista moderno, que vincula a cidadania à condição de trabalhador. Ao longo de suas décadas de mobilização, as trabalhadoras domésticas desenvolveram uma poderosa análise do valor de seu trabalho. Elas se recusam categoricamente a aceitar a ideia de que o trabalho doméstico é improdutivo e o posicionam como fundamental para qualquer outra forma de trabalho.

Em 2002 abriu-se uma nova oportunidade política para o movimento das trabalhadoras domésticas. Essa mudança nas concepções de trabalho desafia profundamente a estrutura colonial da sociedade brasileira. Daí, a forte resistência da elite, como vimos expresso no discurso do ministro Paulo Guedes. O que se alega é que a nova lei imporia um ônus muito alto à classe média, tendo em vista que as famílias não são empresas privadas e que o custo de dar direitos iguais aos trabalhadores domésticos seria insuportável para as famílias. Portanto, no país, parte da elite viu a ascensão do trabalho doméstico como um ataque frontal aos seus privilégios centenários. Quanto a isso, sugerem-se novos estudos, com o viés sociológico, para uma visão mais ampla do discurso da elite em relação ao trabalho doméstico no país.

Em suma, entendemos que o discurso, por seu poder de difusão e propagação nas mídias digitais, atravessa os mais diferentes gêneros multimidiáticos, com efeitos de sentidos que migram das críticas resenhadas ao humor em charges. Com isso, esse gênero entra no embate dos discursos, reagindo, resistindo, colocando-se militante em seus desenhos e cores, contra a cultura imperialista da opressão. Com sua multissemiótica, entra na luta anticolonialista, anticapitalista e antissubalternizadora da sociedade, para fazer crítica a um sistema político excludente.

Afora, trabalhar com o gênero charge, como um objeto de estudos e de produção de sentidos, pode atender a variadas finalidades que discutem acontecimentos políticos e sociais na atualidade. Tudo isso vai depender dos objetivos e do conteúdo temático discutido em aula. O que logramos desse entendimento é que sua aplicação na sala de aula deve ultrapassar o estudo do seu formato e alcançar os sentidos que esse gênero mobiliza em sua multissemiose, convidando o sujeito escolar não apenas a desvendá-lo, mas a se posicionar politicamente em prol de uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Disponível em: [https://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf](https://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf). Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIM E, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_publicacao.pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. Tradução de Patrícia Chittoni R. Reuillard et al. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de A.; AMADOR, Déborah Nascimento. Da impermanência do humor: por uma análise discursiva de charges digitais na pandemia. **Hipertextus Revista Digital**, v. 24, dezembro, 2021.

Disponível em: <file:///C:/Users/ffpal/Downloads/252423-204593-1-PB-2.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

NORONHA, Andrius Estevam. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade. **Achegas.net**, n. 41, jan./jul., 2009. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/41/andrius\\_41.pdf](http://www.achegas.net/numero/41/andrius_41.pdf). Acesso em: 19 set. 2022.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara. Os sentidos do olhar: práticas de escrita e representações de leitura em torno da política na mídia impressa. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPARG, Nádea Regina (Org.). **Discursos midiáticos**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao *trivium*. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **(Re)discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís S. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida; MORAIS, Claudirene Soares de. Sob o arrimo do discurso político elitista em charges de resistência: a subjetividade subalternizada. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 15, e96321, 2025. DOI: 10.36517/ep15.96321